

Ofício nº 98/2025

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2025

Ao/A Excelentíssimo/a,
Deputado/a Federal — Câmara dos Deputados
Brasília—DF

Assunto: Solicitação de Emenda Parlamentar à Ação 20V8 – Implantação e Expansão de Redes Comunitárias de Internet na Comunidade de Cazumbá, a ser executado no município de São João da Barra/RJ

Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentamos Vossa Excelência cordialmente, reiteramos o nosso reconhecimento pelo trabalho em favor das causas sociais e pelo empenho na promoção de políticas públicas que reduzem desigualdades.

O Movimento Nacional de Redes Comunitárias, por meio do Comitê Nacional de Redes Comunitárias, congrega mais de 90 representações de lideranças comunitárias, entidades de defesa de direitos humanos e digitais, organizações da sociedade civil, academia e ativistas.

Redes comunitárias são infraestruturas de internet simples, implantadas e geridas pela própria comunidade com apoio temporário de parceiros até alcançar autonomia plena. Vai além de "conectar": entrega acesso significativo — qualidade definida coletivamente, custo compatível com a renda, uso seguro e cotidiano para educação, saúde, serviços públicos digitais e geração de renda — com formação de agentes locais, transparência e regras claras de autogestão. Não substitui redes comerciais; complementa onde o mercado é inviável, insuficiente ou caro, ampliando oportunidades e fortalecendo a cidadania digital.

Mais que complementar a conexão, trata-se de um bem comum de base tecnológica: um arranjo orgânico e social que promove, de forma solidária e colaborativa, trocas de conhecimento, letramento digital, desenvolvimento de habilidades e apropriação crítica das TICs entre pares comunitários. Com o devido fomento de política pública para essas ações no território, o modelo torna-se mais eficiente e econômico — reduz custos de operação pela autogestão, gera efeitos de rede e consolida resultados na comunidade — ao mesmo tempo em que empodera seus moradores e fortalece laços sociais nos territórios digitais.

Nesse contexto, solicitamos a Vossa Excelência a destinação de **emenda parlamentar à Ação 20V8** do orçamento federal, para o financiamento do seguinte **projeto de Rede Comunitária** a ser executado no Estado do Rio de Janeiro:



"Implantação e Expansão de Redes Comunitárias de Internet na Comunidade de Cazumbá, a ser executado no município de São João da Barra/RJ" O projeto atenderá diretamente 250 famílias da agricultura familiar, além de praças no território, 2 unidades de saúde e 3 escolas nas localidades de Cazumbá e entorno - localizadas no 5º distrito de São João da Barra.

Despesa de Capital: R\$ 290.000,00 Despesa de Custeio: R\$ 310.000,00 Valor Global do Projeto: R\$ 600.000,00

O projeto contempla:

- Aquisição de equipamentos e insumos técnicos para redes híbridas (rádio, cabeamento estruturado e/ou fibra óptica);
- **Produção de material didático** para capacitação comunitária;
- Formação de agentes locais em técnica, autogestão, letramento e habilidades digitais;
- Implantação colaborativa da rede junto à comunidade/escola;
- Bolsas de apoio para agentes responsáveis pela gestão da rede local;
- Suporte técnico continuado durante 24 meses.

Com o investimento de **R\$600.000,00** (seiscentos mil reais) em 24 meses, o projeto implantará a infraestrutura necessária para garantir conectividade significativa e autossustentável no território atendido.

Após a conclusão da implantação, o custo médio estimado de operação da rede será de apenas R\$ 10 por pessoa/mês, fortalecendo a cidadania digital e possibilitando a replicação do modelo em outros territórios. Esse valor será viabilizado por cofinanciamento público (PIEC e programas educacionais) e contrapartida institucional, sem repasse às famílias. O resultado é Wi-Fi estável nas salas e áreas comuns, com gestão compartilhada e metas simples de disponibilidade, garantindo continuidade do serviço e uso pedagógico cotidiano.

Ressaltamos que, ao destinar a emenda à **Ação 20V8** sob a responsabilidade do **Ministério das Comunicações (MCOM)**, sua operacionalização ocorrerá mediante **chamamento público**, assegurando que a execução siga critérios técnicos, de transparência e alinhamento às políticas públicas estabelecidas pelo Ministério, conforme previsto no **Manual de Emendas do MCOM**.

Na expectativa de contar com o apoio de Vossa Excelência, colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais e avançar nesta agenda de interesse nacional.

Atenciosamente,
Marcelo Saldanha

Pelo Movimento Nacional de Redes Comunitárias
+55 22 98842-0482 | marcelosaldanha@ibebrasil.org.br

	(Pro	ojeto de Le	ei Orçame	entária da	União par	a o exercício de	202	26)			
						X Fiscal						
Sequenci	al SOF		Es	fera Orçam	entária	Seguridad	le Social					
						Investime	nto das E	statais				
Órgão						_						
Código	Descrição											
41000		Ministério das Comunicações										
Unidade Orçamentária												
Código 41101	1	Descrição Ministério dos Comunicaçãos Administração Direta										
41101	41101 Ministério das Comunicações - Administração Direta											
Funcional / Programática												
Função	Subfunção	Programa	Ação	Subtítulo	1							
24	126	2305	20V8	0001]							
Descricão	da Λcão											
Descrição da Ação 20V8 Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital												
A emenda propõe conectar 250 famílias de Cazumbá e localidades do entorno , território rural com vocação da												
agricultura familiar, com moradias dispersas e alto índice de exclusão e letramento digitais. O desenho prioriza												
domicílios e pontos coletivos de uso cotidiano, onde o acesso hoje é inexistente ou economicamente inviável. A												
implementação — direta pelo MCom — articulará um arranjo comunitário simples: backhaul confiável, distribuição												
híbrida (Wi-Fi/cabeado) de baixo custo, rotinas de cadastro e manutenção acessíveis, suporte inicial às casas e												
formação prática de usuários e monitores locais. Para isso, prevê-se aplicação de Capital (GND 4) — por exemplo,												
rádios, antenas, switches e roteadores — e de Custeio (GND 3) — como contratação de link, instalação, suporte técnico												
inicial e trilhas formativas. A rede priorizará o acesso para as famílias destas localidades, rotas de acesso a escolas, unidades de serviço e áreas produtivas, respeitando o ritmo e a cultura do campo.												
dillidades de sel viço e areas produtivas, respectando o ritino e a cultura do campo.												
Descrição do Subtítulo Via Ministério das Comunicações - Para ser executado no Município de São João da Barra												
Via Minis	tério das Com	unicações -	Para ser ex	ecutado no	Municipio d	e São João da Barr	a					
Produto					Unida	de de Medida			Meta			
Iniciativa	apoiada				Unidad				1			
	os à Programa											
Gru Cód.	po de Natureza را ۱	de Despesa – G Descrição	ND	Cód.	Modalida	ade de Aplicação Descrição		R P	Acréscimo			
	utras Despesa				Aplicações D			6	310.000			
4 Investimentos 90				90 A	Aplicações D	iretas		6	290.000			
Cancelamentos Compensatórios (R\$ 1,00)												
	-	-	RŞ 1,00) at. Despesa -	GND	Modalidad	e de Aplicação	1	R				
Sequencial	Fonte	Cód.	Descrição			Descrição	Ü	P P	Cancelamento			

EMENDA À DESPESA

Justificativa

Conectividade significativa, aqui, é aquela que se integra à vida rural e amplia o que a comunidade já realiza: cooperar, produzir, estudar e fortalecer os laços sociais no território. Ao combinar acesso estável com governança local, a rede reduz custos, dá previsibilidade e fortalece a autogestão, criando capacidade instalada para operação e manutenção com agentes do próprio território. As trilhas de letramento e habilidades digitais qualificam o uso crítico e seguro das TIC — do gov.br a serviços de saúde a distância, da organização de estoques e compras coletivas à venda direta da produção —, abrindo canais de renda e de participação cidadã. A presença de pontos coletivos conectados aproxima educação, assistência técnica e informações climáticas essenciais ao manejo agrícola, reduzindo assimetrias informacionais. Com regras de uso claras e contribuição solidária que protege famílias vulneráveis, o arranjo favorece sustentabilidade econômica e social, preserva dados e reforça soberania digital local. O resultado é menos isolamento, mais oportunidades e uma base replicável para políticas públicas futuras no Sertão Sanjoanense.



Sumário Executivo de Projeto – Implantação e Expansão de Redes Comunitárias em Territórios Infoexcluídos no Brasil

1. Introdução

Nesse cenário em que a **exclusão digital** ainda fragmenta a vida cotidiana — especialmente em **áreas rurais dispersas e periferias urbanas** — o **projeto** aqui apresentado se propõe a transformar conectividade em direito e capacidade de uso, com **redes comunitárias** estáveis, de custo acessível e gestão local. Os dados municipais ajudam a compreender a urgência: em São João da Barra, a densidade cai para 14,0, com 14 mil pessoas em pobreza — recortes que evidenciam lacunas de infraestrutura, serviços caros e trechos sem sinal que limitam estudo, trabalho e **acesso a políticas públicas**.

Em Cazumbá e entorno (Sabonete, Campos de Areia, Córrego Fundo, Barra do Jacaré e Água Preta), também em São João da Barra, o projeto conecta 250 famílias agricultoras e pontos coletivos — praças, duas unidades de saúde e três escolas — num município com baixa densidade de banda larga. A autogestão, com protagonismo da Associação ADEC, sustenta o uso seguro e prático da rede (educação, saúde, documentos, alertas climáticos), reduz custos e assimetrias de informação e dá previsibilidade ao escoamento da produção, com efeito multiplicador no Sertão Sanjoanense.

Nesse sentido, alguns pontos são centrais na construção do programa: autogestão com entidades locais, regras de uso e contribuição solidária, fundo de manutenção, formação de agentes do território e suporte técnico complementar que garante estabilidade e continuidade. As trilhas de letramento e habilidades digitais — do uso seguro e crítico às rotinas de serviços públicos, do apoio ao estudo e trabalho à proteção de crianças e adolescentes — transformam o "estar conectado" em "saber usar com propósito", preservando identidades e ampliando renda. Esse arranjo, testado nas comunidades acima, reduz deslocamentos e custos de transação, e avança a soberania digital.

Ao final, as **redes comunitárias são vistas como bem comum de base tecnológica**, que garantem **acesso significativo e sustentável**, fortalecem serviços públicos, ativam economias locais e consolidam uma **governança** enraizada no **território** — um programa replicável que **reduz desigualdades** e amplia **horizontes** de **cidadania** onde o mercado ainda não chega ou chega caro e precário.

2. Objetivo geral

Garantir acesso significativo e sustentável à internet em **Cazumbá**, a ser executado no município de **São João da Barra/RJ**, reduzindo desigualdades digitais, fortalecendo serviços públicos locais e consolidando um modelo comunitário de conectividade replicável.

3. Objetivos específicos

- **1.** Adquirir equipamentos e insumos para a montagem da infraestrutura de rede comunitária híbrida; e link de internet de alta capacidade.
- 2. Produzir material didático para capacitação técnica e de autogestão da rede local.



- **3. Realizar formação teórica e prática** de agentes comunitários em instalação, manutenção e governança da rede local.
- **4. Implantar a rede junto com a comunidade**, assegurando acompanhamento técnico nas atividades em campo.
- **5. Conceder bolsas de apoio** para agentes locais responsáveis pela gestão técnica e administrativa.
- **6. Executar trilhas formativas** em letramento e habilidades digitais, com apropriação crítica das TIC, focadas no uso consciente e construtivo da rede comunitária de internet.
- **7. Oferecer suporte técnico complementar** durante o projeto, para consolidação da apropriação tecnológica.

4. Público-Alvo

- Direto: em média, 250 famílias (≈ 1.000 pessoas), escolas, unidades de saúde, praças comunitárias e pontos de interesse social.
- Indireto: Famílias do entorno da área de cobertura da rede comunitária, que poderão se beneficiar da replicação do modelo.

5. Metodologia

- Aquisição e logística: compra de rádios setoriais, CPEs, switches, roteadores, torres, cabos, insumos de rede e EPIs, infraestrutura passiva e ativa de fibra óptica da rede local (metroethernet) e contratação do link de internet.
- Formação comunitária: produção de materiais didáticos (guias e apostilas) e realização de
 oficinas teóricas e práticas para agentes locais, priorizando mulheres e jovens, contemplando
 de forma integrada os componentes técnicos para implantação, operação e manutenção das
 redes comunitárias, a gestão e a governança participativas dessas redes e trilhas de
 letramento e habilidades digitais voltadas aos moradores da comunidade.
- Bolsas de incentivo: oferta de bolsas de apoio para agentes locais responsáveis pela gestão técnica e administrativa da rede, garantindo dedicação, continuidade e fortalecimento das capacidades comunitárias.
- Implantação colaborativa: ativação da rede comunitária de forma participativa, envolvendo a comunidade local em mutirões de instalação e apropriação dos equipamentos, com apoio técnico do parceiro implementador.
- Autogestão e governança: estruturação de processos simples e participativos de gestão técnica e financeira, com sistemas de cadastro e inventário acessíveis, assegurando transparência e corresponsabilidade na manutenção das redes.
- **Suporte técnico complementar:** acompanhamento remoto e visitas presenciais ao longo do projeto, para ajustes, manutenção preventiva e consolidação do modelo de conectividade, visando a sustentabilidade e a replicabilidade da iniciativa em outros territórios.



Matriz de Responsabilidades (RACI)								
Atividade/Entregável do Projeto	Gestor Comunitári o (anual)	Técnico Comunitári o (anual)	Instrutor de Redes Comunitárias¹ (anual)	Suporte Complementar de Telecom² (anual)				
Planejamento local, cronograma e articulação comunitária	R/A	I	С	С				
2. Levantamento inicial / site survey (pontos, rotas, risco, inventário)	С	R	I	A/C				
3. Desenho de topologia (rádio + fibra), plano de endereçamento, VLAN/QoS	I	С	1	R/A				
4. Aquisição e logística de equipamentos/insumos	R/A	С	I	С				
5. Montagem de site/POP local e backbone interno	I	R	I	A/C				
6. Instalação e configuração de ativos (RB, switches, rádios, CPEs, hotspots)	I	R	I	A/C				
7. Segurança, conformidade e teste de aceite (link, latência, SLA local)	I	С	I	R/A				
8. Operação inicial e suporte de campo (troubleshooting, chamados)	I	R	I	A/C				
9. Monitoramento de rede (gráficos, logs, indicadores), rotinas preventivas	I	R	I	A/C				
10. Produção de material didático técnico (guias/apostilas)	I	С	R/A	С				
11. Oficinas técnicas (instalação, manutenção, governança da rede)	I	С	R/A	С				
12. Trilhas de letramento e habilidades digitais (T1–T10)	I	С	R/A	С				
13. Mentoria de agentes locais (formação continuada)	I	С	R	С				
14. Autogestão: governança, prestações de contas, assembleias, cadastro e inventário	R/A	С	С	I				
15. Gestão de usuários e contribuição solidária (adesão, bolsões sociais, comunicação)	R/A	С	С	ı				
16. Indicadores e avaliação (250 domicílios, 10 pontos públicos, 20 agentes formados, T1–T10)	R/A	С	С	С				
17. Relatórios periódicos e relatório conclusivo	R/A	С	С	С				
18. Sustentabilidade pós-projeto (planos de OPEX, plantões, sucessão técnica)	R/A	С	С	С				

Legenda

R = Responsável direto por executar

A = Aprovador/decisor final

C = Consultado (apoio técnico/insumos)

I = Informado (acompanha/recebe updates)

6. Resultados esperados

- Produção de material didático aberto (Guia Prático de Rede Comunitária Híbrida) para multiplicação do conhecimento.
- 20 agentes comunitários capacitados em técnica e autogestão da rede local.
- Realização de 10 trilhas formativas em letramento, habilidades digitais e uso crítico das TICs para usuários da rede comunitária.
- **250 domicílios conectados** com ≥ 25 Mbps em horários de pico.
- 10 pontos públicos ativos de Wi-Fi (escolas, saúde, praças).
- Redução de custos familiares de R\$70 para ≤ R\$35/mês.
- Fundo comunitário ativo com bolsas de conectividade para famílias de baixa renda, lastreadas no próprio fundo e regidas por regras de sustentabilidade.
- Gestão consolidada de manutenção da equipe local com recursos do Fundo no pós-projeto.



 Aferição e transparência dos indicadores: a velocidade mínima (≥25 Mbps) será aferida por medição mensal; e todos os indicadores (domicílios ativos, pontos públicos operantes, custo médio por família, bolsas e formações) serão consolidados em relatório público semestral.

7. Cronograma (24 meses)

- Meses 1–2: aquisição de equipamentos, implantação de link de internet (24 meses), logística e site survey.
- Meses 3–6: capacitação técnica e de autogestão (oficinas e material didático)
- Meses 7–9: implantação inicial da torre, ativação parcial de pontos públicos, 25 domicílios piloto e suporte de acompanhamento.
 - M7 Trilha T1 (6h): letramento digital básico (Wi-Fi, contas, navegação, backups).
 - o M8 Trilha T2 (6h): cidadania e segurança I (senhas, 2FA, privacidade).
 - o M9 Trilha T3 (6h): informação confiável (checagem rápida/MIL).
- Meses 10–18: expansão progressiva para 150 domicílios e ativação total de pontos públicos com suporte complementar.
 - o M11 Trilha T4 (6h): produtividade essencial (texto, planilha, formulários).
 - o M13 Trilha T5 (6h): serviços públicos digitais (gov.br na prática).
 - o M15 Trilha T6 (6h): mídia comunitária (rádio/TV web com celular/PC).
 - o M17 Trilha T7 (6h): cidadania e segurança II (LGPD do cotidiano).
 - M18 Trilha T8 (6h): ferramentas para renda (WP Plugins, E-Commerce, catálogo/QR).
- Meses 19–22: expansão final para 250 domicílios, consolidação de autogestão e monitoramento com suporte complementar.
 - M20 Trilha T9 (6h): helpdesk comunitário (chamados/registro).
 - M22 Trilha T10 (6h): sustentabilidade e gestão da rede (plantões/indicadores).
- Meses 23–24: suporte técnico final, avaliação de resultados e relatório conclusivo.

8. Orçamento (R\$ 600.000,00)

Item	Valor (R\$)
Equipamentos e insumos técnicos (rádios, CPEs, switches, torres, cabeamento, EPIs etc.)	283.000
Link de Internet (≈1.8 Gbps por 24 meses à R\$ 1,40 por Mbps)	63.000
Produção de material didático (guias e manuais)	24.000
Oficinas de capacitação e letramento (técnica, autogestão e trilhas)	48.000
Bolsas de agentes comunitários (1 gestor e 2 técnicos)	110.000
Suporte técnico complementar (visitas e suporte remoto)	72.000
Total	600.000

9. Sustentabilidade

O modelo de **contribuição solidária (~R\$35/mês por família)** cobre integralmente os custos de operação da rede e ainda gera excedente para manutenção e bolsas sociais. A governança será conduzida por associação comunitária local, com assembléias abertas, prestação de contas públicas e apoio técnico do Parceiro Implementador.



10. Alinhamento com políticas públicas

- <u>Lei nº 12.965/2014</u> Garante o acesso à internet como serviço essencial ao exercício pleno da cidadania.
- <u>Lei nº 9.998/2000</u> Fomento à universalização das telecomunicações, com prioridade a projetos que reduzam desigualdades socioeconômicas e regionais para ampliar o acesso significativo à internet.
- PPA 2024-2027: Programa 2305 Comunicações para Inclusão e Transformação. Objetivos
 Específicos: Promover a inclusão digital e a conectividade significativa; Promover o
 desenvolvimento das habilidades digitais da sociedade.
- Decreto nº 9.612/2018: universalização da banda larga em áreas de baixa atratividade econômica.
- Decreto nº 11.542/2023 PNID: promoção da inclusão digital.
- PERT/Anatel: expansão em escolas, postos de saúde e comunidades rurais.
- GTRCOM/Anatel: Grupo de Trabalho de Redes Comunitárias MoU entre Anatel e Governo Britânico;
- Agenda 2030 (ODS 3, 4, 9 e 10): saúde, educação, infraestrutura inclusiva e redução de desigualdades.

11. Conclusão

Com investimentos globais R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) em 24 meses, o projeto garantirá conectividade significativa para cerca de 250 famílias (≈ 1.000 pessoas), fortalecendo escolas, unidades de saúde e praças comunitárias nas localidades atendidas, bem como, a promoção de letramento digital e desenvolvimento de habilidades digitais com apropriação crítica das TICs. Isso significa que o custo do acesso após sua implementação, em cada comunidade, equivale a aproximadamente R\$ 10 por pessoa/mês, evidenciando a eficiência e o elevado impacto social do investimento.

Com **monitoramento trimestral** dos indicadores e relatório público semestral, asseguram-se **transparência, melhoria contínua e autossustentabilidade do modelo**, preservando o custo por família no patamar de referência e a qualidade do serviço.

A iniciativa torna-se autossustentável a partir do atingimento de escala sustentável em cada comunidade, o que amplia o potencial de impacto e possibilita sua replicação em outros territórios e comunidades, consolidando um modelo viável, sustentável e escalável de inclusão digital comunitária.